



IX Colóquio Internacional São Cristóvão/SE/Brasil

“Educação e Contemporaneidade” 17 a 19 de setembro de 2015

ISSN 1982-3657

EDUCAÇÃO JURÍDICA E O EXAME DE ORDEM: Desvendando as provas do triênio 2006/2009/2012.

FABIANA DE MOURA CABRAL MALTA

SAULO VASCO DE FARIAS SILVA

EIXO: 6. ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

RESUMO

O presente artigo é parte integrante de uma pesquisa mais ampla intitulada: “Avaliações externas do curso de Ba aproximações e distanciamentos do ENADE e Exame da OAB” e tem como objetivo analisar os exames de profic Advogados do Brasil – OAB realizados no triênio dos respectivos anos de 2006, 2009 e 2012 verificando suas principais o quantitativo de questões, as disciplinas constantes no exame, os assuntos predominantes, os critérios de avali classificação, etc.) e de que forma o referido exame tem influenciado o ensino jurídico no país.

Palavras-chave: Educação Jurídica. Exame de Ordem. Direito.

ABSTRACT This article is part of a broader research entitled : " External evaluations of the Bachelor course in law : simil of ENADE and examination of OAB " and aims to analyze the proficiency examinations of the Bar Association of Brazil - (years of the respective years 2006 , 2009 and 2012 by checking their main characteristics (whether the quantitative subjects in the examination, the predominant issues , the evaluation criteria , the classification criteria , etc.) and how influenced the legal education in the country. **Key words:** Legal education. Order of examination. Right .

INTRODUÇÃO

O presente texto, para além do histórico do Exame da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB; tem o objetivo de f edições do referido certame nos anos de 2006, 2009 e 2012. A escolha por esses anos deve-se ao fato dos dad constituírem-se parte de uma pesquisa maior, financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecr objetivo foi analisar as semelhanças e diferenças existentes entre os processos de elaboração e os conteúdos das prova Nacional de Desempenho de Estudantes – ENADE e do Exame da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, realizad: 2009 e 2012, a fim de compreender de que forma tais certames têm contribuído (ou não) para a melhoria da qualid: brasileiro.

O Exame da OAB trata-se de uma prova de proficiência em que o bacharel em Direito tem seus conhecimentos jurídicos constatados mediante a aprovação, torna-se apto para o ingresso no mercado de trabalho, adquire a profissão de advog não há a mesma exigência para outras áreas profissionais, o exame tem sido há anos objeto de muita (inconstitucionalidade (argumento de muitos), quer pelo execssso de reprovação, ou ainda pela influência que tem exerc curriculares dos cursos de bacharelado em Direito.

1. O ALTO GRAU DE DIFICULDADE X O BAIXO ÍNDICE DE APROVAÇÃO DOS CANDIDATOS

Será que o Exame da Ordem possui mesmo um alto grau de exigência? Por que tanta dificuldade apresentada pelos l aparentemente se deve à falta de estrutura e deficiência do ensino superior das faculdades públicas e privadas que se pr Semestralmente, as Seccionais da OAB de todo o país publicam os altos índices de reprovação em seus Exames tendência de aumento no número de reprovados desde o Exame de 2008. No Exame 2009.3 o índice de reprovação foi e geral foram 83.524 inscritos e 12.556 aprovados, ou seja, 15,3% de aprovação em todo Brasil. Simplesmente, o pior de do Exame de ordem Unificado. (OAB, 2009)

Diante dos assombrosos números apresentados, uma pergunta se faz imprescindível: será apenas das IES a reprovação de seus graduados? Uma análise cautelosa das provas pode ser capaz de trazer algumas possíveis resposta

2. ANÁLISE DAS PROVAS DO EXAME: TRIÊNIO - ANOS DE 2006, 2009 E 2012.

Em 2006 o Centro de Seleção e de Promoção de Eventos – CESPE, da Fundação Universidade de Brasília fora resp (quatro) Exames de Ordem, porém, um deles executado, exclusivamente, para a Seccional do Espírito Santo, o qual para fins da presente pesquisa, porque tratara de Exame formulado sob de forma independente pela referida Seccional.

Os outros três exames, aqui analisados, foram aplicados sob o escopo da unificação, pois o Exame OAB Norde denominou também como EXAME OAB 2006.1, é o que se verifica ao acessarmos os editais disponíveis no endereço pois até a criação da nomenclatura do exame fora pensada de forma diversa das Seccionais para transmitir a ideia, exame de magnitude regional.

O projeto de unificação nacional do Exame de Ordem passou por algumas etapas que implicaram ora em regionaliz: Exame 2006.1, ora em unir algumas Seccionais de regiões diferentes, como visto no Exame 2006.2, para que, de fo atingir, concomitantemente, a todas as Seccionais, como acontecera de forma inédita no Exame 2009.3.

2.1 - Análise das provas aplicadas em 2006.

Exame de Ordem - OAB 2006.1 / OAB Nordeste 2006

- Da 1ª fase (prova objetiva)

- Data de aplicação e duração da prova: 9/04/2006 e 5h (cinco horas);
- Áreas de Conhecimento requeridas no Edital: Disciplinas profissionalizantes obrigatórias e integrantes do currículo fixadas pelo CNE do MEC, bem como Estatuto da Advocacia e da OAB, Regulamento Geral e Código de Ética e I
- Número de questões: 100 (cem);
- Das questões de múltipla escolha: de acordo com o Item 3.4.1, as questões teriam quatro opções (A, B, C e D), se corresponde à assertiva correta da questão, a qual deveria ser marcada na folha de respostas;
- Dos critérios de avaliação e classificação: conforme o Item 4.1 a prova seria corrigida eletronicamente e cada que: ponto, sendo aprovado o candidato que obtivesse nota mínima de 50% de acertos o que equivalia a 50 questões,

- Da 2ª fase (prova subjetiva)

- Data de aplicação e duração da prova: 7/05/2006 e 5h (cinco horas);
- Disciplinas presentes na prova: Redação de peça profissional e aplicação de cinco questões, sob a forma de situa compreendendo as seguintes áreas de opção do examinando, quando da sua inscrição: Direito Administrativo Constitucional, Direito Empresarial, Direito Penal, Direito do Trabalho ou Direito Tributário e do seu correspondent
- Número de questões: uma peça e cinco questões na forma situações-problema;
- Do *nomem iuris* da peça e das teses exigidas pela banca: (não verificado);
- Das temáticas abordadas nas questões na forma situações-problema: (não verificado);
- Da elaboração da pela e resolução das questões: Consoante o Item 3.5 do edital a prova prático-profissional valer pontos, sendo que ao redigir a peça profissional privativa de Advogado (petição ou parecer sobre assunto cc Anexo ao Provimento n.º 109/2005), o candidato somaria no máximo (cinco) pontos e o restante viria das questões práticas, sob a forma de situações-problemas, valendo 1 (um) ponto cada, tanto a peça quanto a necessariamente, dentro da área de opção do examinando quando da sua inscrição, a saber: a) Direito Adminis c) Direito Constitucional; d) Direito do Trabalho; e) Direito Empresarial; f) Direito Penal; ou g) Direito Tributário;
- Da correção da peça e das questões: o Item 4.5 estabelecia os parâmetros que examinador consideraria na avalia fase, pois consistiria em avaliar o domínio do raciocínio jurídico, a fundamentação e sua consistência, a capacid: exposição, a correção gramatical e a técnica profissional demonstrada. Sendo, a nota final a somatória prático-profissional e das obtidas nas questões, desde que na escala de 0 (zero) a 10,00 (dez), em números aprovação o examinando que obtivesse nota igual ou superior a 6,00 pontos na prova prático-profissional.

- Da abrangência territorial de aplicação do exame

No Exame OAB Nordeste, chamado de OAB 2006.1, participaram todas as Seccionais da OAB da região Nordeste, (Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe.

QUADRO I - Mapeamento sintético das questões 2006.1

EXAME DE ORDEM 2006.1 - 1ª FASE

DISCIPLINA	Nº Questões	%
ÉTICA DA ADVOCACIA	10	10%
DIREITOS HUMANOS	0	0%
DIREITO CONSTITUCIONAL	10	10%

DIREITO INTERNACIONAL	0	0%
PROCESSO CIVIL	11	11%
DIREITO CIVIL	9	9%
DIREITO PENAL	9	9%
PROCESSO PENAL	10	10%
DIREITO DO CONSUMIDOR	0	0%
ECA	1	1%
DIREITO AMBIENTAL	0	0%
DIREITO DO TRABALHO	10	10%
PROCESSO DO TRABALHO	5	5%
DIREITO ADMINISTRATIVO	10	10%
DIREITO TRIBUTÁRIO	10	10%
DIREITO EMPRESARIAL	5	5%
TOTAL	100	100%

Exame de Ordem - OAB 2006.2

- Da 1ª fase (prova objetiva)

- Data e duração da 1ª fase: 20/08/2006 e 5h (cinco horas);

As áreas de conhecimento, os números e estilos das questões e os critérios de avaliação e classificação, foram os anteriores.

- Da 2ª fase (prova subjetiva)

- Data de aplicação e duração da prova: 17/09/2006 e 5h (cinco horas);

As disciplinas presentes na prova, os números de questões, bem como os procedimentos de elaboração e correção exigidos do exame anteriormente supracitado.

- Da abrangência territorial de aplicação das provas

No Exame 2006.2, participaram 10 Seccionais da OAB, quais sejam: Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito S; Grosso do Sul, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Dessa forma, estiveram presentes estados de 4 regi estados do Nordeste, 1 do Sudeste, 1 do Norte e outro do Centro-Oeste.

QUADRO II – Mapeamento sintético das questões 2006.2

EXAME DE ORDEM 2006.2 - 1ª FASE

DISCIPLINA	Nº Questões	%
PROCESSO CIVIL	10	10%
DIREITO CIVIL	8	8%
DIREITO PENAL	10	10%
PROCESSO PENAL	10	10%
DIREITO DO CONSUMIDOR	2	2%
ECA	0	0%
TOTAL	100	100%

A tabela faz referência apenas às disciplinas que tiveram seus números de questões e índices alterados em 2006.2.

Exame de Ordem - OAB 2006.3

- Da 1ª fase (prova objetiva)

- Data de aplicação e duração da prova: 3/12/2006 e 5h (cinco horas);

A única diferença entre este exame e os anteriores, fora a inclusão dentre as áreas de Conhecimento requeridas no Edital Códigos do Consumidor, Estatuto da Criança e do Adolescente, Direito Ambiental.

- Da 2ª fase (prova subjetiva)

- Data de aplicação e duração da prova: 14/01/2007 e 5h (cinco horas);

As disciplinas presentes na prova, os números de questões, bem como os procedimentos de elaboração e correção exigidos do exame anteriormente supracitado.

- Da abrangência territorial de aplicação das provas

No Exame 2006.3, participaram 11 Seccionais da OAB, quais sejam: Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Pernambuco, Sergipe e Rio Grande do Norte. Dessa forma, estiveram presentes estados sendo 8 estados do Nordeste, 1 do Sudeste, 1 do Norte e outro do Centro-Oeste.

QUADRO III – Mapeamento sintético das questões 2006.3

EXAME DE ORDEM 2006.3 - 1ª FASE

DISCIPLINA	Nº Questões	%
DIREITO PENAL	14	14%
PROCESSO PENAL	5	5%
ECA	2	2%
PROCESSO DO TRABALHO	4	4%
TOTAL	100	100%

A tabela faz referência apenas às disciplinas que tiveram seus números de questões e índices alterados em 2006.3.

2.2 - Análise das provas aplicadas em 2009

Exame de Ordem - OAB 2009.1

A fim de consolidar a unificação do Exame de ordem em todo o Brasil, o CESPE passou a contar nos dois primeiros participações de todas as Seccionais, salvo a de Minas Gerais, que passou a ser integrada apenas no exame 2009.3.

No que tange ao conteúdo exigido na prova de primeira fase, houve previsão expressa no edital do acréscimo das disciplinas Consumidor, Estatuto da Criança e do Adolescente, Direito Ambiental no Exame 2009.1. Nesse sentido, o Edital do Exame 2009.1 prevê a inclusão do Direito Internacional.

Outra inovação trazida fora os critérios de arredondamento de nota da prova prático-profissional que fez distinção Prático-Profissional - NPPP e a Nota Bruta da Prova Prático-Profissional – NBPPP, já no Edital do Exame 2009.1, a banca passou a atribuir números não inteiros tanto nas questões, quanto na peça, que somados teriam que dar, no abandonando a ideia de arredondamento.

- Da 1ª fase (prova objetiva)

- Data de aplicação e duração da prova: 17/05/2009 e 5h (cinco horas);
- Áreas de Conhecimento requeridas no Edital: Disciplinas profissionalizantes obrigatórias e integrantes do currículo de Direito, fixadas pelo CNE do MEC, conforme Resolução CNE/CES nº 9, de 29 de setembro de 2004, inclusive o Estatuto da Criança e do Adolescente, Direito Ambiental, bem como Estatuto da Advocacia e da OAB, seu Regulamento de Ética e Disciplina da OAB;

Os números e estilos das questões, bem como os critérios de avaliação e classificação, foram os mesmos dos exames anteriores.

- Da 2ª fase (prova subjetiva)

- Data de aplicação e duração da prova: 28/06/2009 e 5h (cinco horas);

As disciplinas presentes na prova, os números de questões, bem como os procedimentos de elaboração, foram os mesmos do exame anteriormente supracitado.

- Da correção da peça e das questões: Já o Item 4.5 trazia dos parâmetros de correção dos textos relativos à peça e às questões, que quando da redação da peça profissional seriam avaliadas mediante adequação das respostas ao domínio do raciocínio jurídico, a fundamentação e sua consistência, a capacidade de interpretação e a gramática e a técnica profissional demonstrada. Teria a peça profissional o valor máximo de 5,00 pontos e cada questão o valor máximo de 1,00 ponto. Sendo, portanto, a nota na prova prático-profissional somada as notas obtidas nas questões da peça profissional, podendo a nota estar inserida na escala de 0 (zero) a 10 (dez), em números inteiros, seguindo o seguinte procedimento: concessão de notas parciais não-inteiras tanto pelas respostas do examinando à peça e às questões; o somatório dessas notas parciais constituirá a nota bruta na prova prático-profissional. A essa nota

critério de arredondamento de notas e fez uma distinção entre NBPPP de um número inteiro e NPPP, imprecisa equivalente a NBPPP, se esta fosse um número inteiro; caso NBPPP não fosse um número inteiro, ela seria arredondada para o mais próximo, ou seja, se a parte decimal da NBPPP for menor que 0,5, a NPPP será igual ao primeiro inteiro que a parte decimal da NBPPP for maior ou igual a 0,5, NPPP será igual ao primeiro inteiro que sucede NBPPP aprovado o examinando que obtiver NPPP igual ou superior a 6,00 pontos na prova prático-profissional.

- Da abrangência territorial de aplicação das provas

No Exame 2009.1, participaram todas as Seccionais da OAB, exceto a de Minas Gerais, este exame contou com seccionais, pois os últimos dois exames publicados são: o 2009.1 e o 2009.2, mas apenas os editais de abertura e de fase de ambos, diferente do que ocorre ao acessarmos o Exame nº 137, que fora realizado sob a inteira responsabilidade do Conselho Nacional de Direito do Trabalho.

QUADRO IV – Mapeamento sintético das questões 2009.1

EXAME DE ORDEM 2009.1 - 1ª FASE

DISCIPLINA	Nº Questões	%
ÉTICA DA ADVOCACIA	10	10%
DIREITOS HUMANOS	0	0%
DIREITO CONSTITUCIONAL	12	12%
DIREITO INTERNACIONAL	0	0%
PROCESSO CIVIL	10	10%
DIREITO CIVIL	10	10%
DIREITO PENAL	10	10%
PROCESSO PENAL	4	4%
DIREITO DO CONSUMIDOR	2	2%
ECA	2	2%
DIREITO AMBIENTAL	2	2%
DIREITO DO TRABALHO	7	7%
PROCESSO DO TRABALHO	8	8%
DIREITO ADMINISTRATIVO	10	10%
DIREITO TRIBUTÁRIO	10	10%
DIREITO EMPRESARIAL	3	3%
TOTAL	100	100%

Exame de Ordem - OAB 2009.2

- Da 1ª fase (prova objetiva)

- Data de aplicação e duração da prova: 13 de setembro de 2009 e 5h (cinco horas);

As áreas de conhecimento, os números e estilos das questões, bem como os critérios de avaliação e classificação, foram os mesmos dos exames anteriores.

- Da 2ª fase (prova subjetiva)

- Data aplicação e duração da prova: 25 de outubro de 2009 e 5h (cinco horas);

As disciplinas presentes na prova, os números de questões, bem como os procedimentos de elaboração e correção foram os mesmos dos exames anteriormente supracitados.

- Da abrangência territorial de aplicação das provas

No Exame 2009.2 participaram todas as Seccionais da OAB, exceto a de Minas Gerais, logo este exame contou com seccionais.

QUADRO V – Mapeamento sintético das questões 2009.2

EXAME DE ORDEM 2009.2 - 1ª FASE

DISCIPLINA	Nº Questões	%
DIREITO CONSTITUCIONAL	10	10%

DIRIETO INTERNACIONAL	2	2%
DIREITO PENAL	7	7%
PROCESSO PENAL	7	7%
DIREITO DO TRABALHO	8	8%
PROCESSO DO TRABALHO	7	7%
TOTAL	100	100%

A tabela faz referência apenas às disciplinas que tiveram seu número de questões e índice alterado entre o exa

Exame de Ordem - OAB 2009.3

- Da 1ª fase (prova objetiva)

- Data e duração da 1ª fase: 17 de janeiro de 2010 e 5h (cinco horas);

As áreas de conhecimento, os números e estilos das questões, bem como os critérios de avaliação e classificação, f exames anteriores.

- Da 2ª fase (prova subjetiva)

- Data de aplicação e duração da prova: 28 de fevereiro de 2010 e 5h (cinco horas);

As disciplinas presentes na prova, os números de questões, bem como os procedimentos de elaboração e correçẽ exigidos do exame anteriormente supracitado.

- Da abrangência territorial de aplicação das provas

No exame 2009.3, participaram todas as Seccionais da OAB, inclusive a de Minas Gerais, logo este exame, de forma participação das 27 seccionais.

QUADRO VI – Mapeamento sintético das questões 2009.3

EXAME DE ORDEM 2009.3 - 1ª FASE

DISCIPLINA	Nº Questões	%
DIREITO CONSTITUCIONAL	10	10%
DIRIETO INTERNACIONAL	2	2%
DIREITO PENAL	7	7%
PROCESSO PENAL	7	7%
TOTAL	100	100%

A tabela faz referência apenas às disciplinas que tiveram seus números de questões e índices alterados ent 2009.3.

2.3 - Análise das provas aplicadas em 2012

Exame de Ordem - OAB 2012.1

Foram marcados pela mudança da banca organizadora, pois a Fundação Getúlio Vargas – FGV passou a aplicar todos Exame 2010.2. Entretanto, as mudanças também ocorreram tanto no quantitativo de questões da primeira, quanto (passou a ser de 80 e 4 questões, respectivamente. Dentro dessa nova configuração da prova de segunda fase cada q 1,25 pontos.

A banca FGV, com intuito de difundir a ética profissional dos futuros advogados, passou a exigir nos exames, no míni versando sobre Estatuto da Advocacia e da OAB e seu Regulamento Geral, Código de Ética e Disciplina e Dire verificaremos a seguir quando do Mapeamento Sintético das Questões do Exame 2012.1.

- Da 1ª fase (prova objetiva)

- Data de aplicação e duração da prova: 27 de maio de 2012 e 5h (cinco horas);
- Áreas de Conhecimento requeridas no Edital: Disciplinas profissionalizantes obrigatórias e integrantes do currícul Direito, fixadas pelo CNE/CES nº. 9, de 29 de setembro de 2004, Direitos Humanos, Código do Consumidor, Est Adolescente, Direito Ambiental, Direito Internacional, bem como Estatuto da Advocacia e da OAB, seu Regulame Ética e Disciplina da OAB;
- Número de questões: 80 (oitenta);
- Das questões de múltipla escolha: O Item 3.4.1 do edital tratava de orientações acerca da marcação das questões

sendo a prova objetiva, sem consulta, e composta de 80 (oitenta) questões, o que implicou em uma redução quantitativa de questões, permanecendo o valor de 1,00 (um) ponto cada, sendo que a pontuação total variará (zero) ao máximo de 80,00 (oitenta) pontos, compreendendo os conteúdos previstos nas disciplinas do Eixo de F de Direitos Humanos, do Estatuto da Advocacia e da OAB e seu Regulamento Geral e do Código de Ética e Disciplina 3º do art. 11 do Provimento 144/2011. As questões da prova objetiva seriam do tipo múltipla escolha, com quatro alternativas, havendo apenas uma resposta correta a qual deveria ser transcrita na folha de respostas, de acordo com o comar Vale salientar que a prova objetiva continha, no mínimo, 15% (quinze por cento) de questões versando sobre Estatuto da OAB e seu Regulamento Geral, Código de Ética e Disciplina e Direitos Humanos.

- Dos critérios de avaliação e classificação: Já o item 4 abordava os critérios de avaliação e de classificação, as provas corrigidas eletronicamente e cada questão da prova objetiva valerá 1,00 (um) ponto. A Nota na Prova Objetiva (NPO) será a pontuação obtida nas questões, considerando-se aprovado nesta fase o examinando que obtiver o mínimo de 15% (quinze por cento) de acertos para habilitação à prova prático-profissional, ou seja, que obtiver NPO igual ou superior a 40,00

- Da 2ª fase (prova subjetiva)

- Data de aplicação e duração da prova: 8 de julho de 2012 e 5h (cinco horas);

As disciplinas presentes na prova foram às mesmas do exame anterior.

- Número de questões: uma peça e 04 questões na forma situações-problema;
- Da elaboração da peça e resolução das questões: o Item 3.5 do edital tratava de orientações acerca da realização da prova prático-profissional, assim a prova prático-profissional valeria até 10,00 (dez) pontos e será composta de Redação de peça profissional, valendo 5,00 (cinco) pontos, acerca de tema da área jurídica de opção do candidato e de correspondente direito processual, cujo conteúdo está especificado no Anexo II, e a 2ª parte: Respostas a 4 (quatro) questões, sob a forma de situações-problema, valendo, no máximo, 1,25 (um e vinte e cinco) pontos cada, relativas ao direito processual, indicada quando da sua inscrição, conforme as opções: a) Direito Administrativo; b) Direito Civil; c) Direito Constitucional; d) Direito do Trabalho; e) Direito Empresarial; f) Direito Tributário;
- Da correção da peça e das questões: no Item 4.5 do Edital falava sobre os textos relativos à peça profissional e às questões, e que a redação da peça profissional valerá 5,00 (cinco) pontos e cada questão terá o valor máximo de 1,25 (um e vinte e cinco) pontos. A Nota na Prova Prático-Profissional (NPPP) será a soma das notas obtidas nas questões e na redação da peça profissional, sendo calculada na base de 10,00 (dez) pontos. A NPPP será obtida pelo seguinte procedimento: poderiam ser concedidas notas não inteiras ao examinando tanto na peça profissional quanto nas questões; o somatório dessas notas constituirá a nota na prova prático-profissional, vedado o arredondamento. Seria considerado aprovado o examinando que obtiver NPPP igual ou superior a 40,00 (quarenta) pontos, vedado o arredondamento.

- Da abrangência territorial de aplicação das provas

No Exame 2012.1, participaram todas as Seccionais da OAB.

QUADRO VII – Mapeamento sintético das questões 2012.1

EXAME DE ORDEM 2012.1 - 1ª FASE

DISCIPLINA	Nº Questões	%
ÉTICA DA ADVOCACIA	12	15%
DIREITOS HUMANOS	3	4%
DIREITO CONSTITUCIONAL	7	9%
DIREITO INTERNACIONAL	2	3%
PROCESSO CIVIL	6	8%
DIREITO CIVIL	7	9%
DIREITO PENAL	6	8%
PROCESSO PENAL	5	6%
DIREITO DO CONSUMIDOR	2	3%
ECA	2	3%
DIREITO AMBIENTAL	2	3%
DIREITO DO TRABALHO	6	8%

PROCESSO DO TRABALHO	5	6%
DIREITO ADMINISTRATIVO	6	8%
DIREITO TRIBUTÁRIO	4	5%
DIREITO EMPRESARIAL	5	6%
TOTAL	80	100%

Exame de Ordem - OAB 2012.2

- Da 1ª fase (prova objetiva)

- Data de aplicação e duração da prova: 9 de setembro de 2012 e 5h (cinco horas)

As áreas de conhecimento, os números e estilos das questões, bem como os critérios de avaliação e classificação, f exames anteriores.

- Da 2ª fase (prova subjetiva)

- Data de aplicação e duração da prova: 21 de outubro de 2012 e 5h(cinco horas);

As disciplinas presentes na prova, os números de questões, bem como os procedimentos de elaboração e correção exigidos do exame anteriormente citado.

- Da abrangência territorial de aplicação das provas

No Exame 2012.2, participaram todas as Seccionais da OAB.

Não houve qualquer alteração do número de questões e índices entre o exame 2012.1 e 2012.2.

Exame de Ordem - OAB 2012.3

- Da 1ª fase (prova objetiva)

- Data de aplicação e duração da prova: 16 de dezembro de 2012 e 5h (cinco horas);

As áreas de conhecimento, os números e estilos das questões, bem como os critérios de avaliação e classificação, f exames anteriores.

- Da 2ª fase (prova subjetiva)

- Data de aplicação e duração da prova: 24 de fevereiro de 2013 e 5h (cinco horas);

As disciplinas presentes na prova, os números de questões, bem como os procedimentos de elaboração e correção exigidos do exame anteriormente citado.

- Da abrangência territorial de aplicação das provas

No Exame 2012.3, participaram todas as Seccionais da OAB.

QUADRO VIII – Mapeamento sintético das questões 2012.3

EXAME DE ORDEM 2012.3 - 1ª FASE

DISCIPLINA	Nº Questões	%
DIREITOS HUMANOS	2	3%
DIREITO INTERNACIONAL	3	4%
DIREITO PENAL	5	6%
PROCESSO PENAL	6	8%
DIREITO ADMINISTRATIVO	5	6%
DIREITO TRIBUTÁRIO	5	6%
TOTAL	80	100%

A tabela faz referência apenas às disciplinas que tiveram seu número de questões e índice alterado entre o exa

QUADRO X – Mapeamento sintético geral das questões no triênio 2006/2009/2012

MAPEAMENTO SINTÉTICO GERAL DAS QUESTÕES																		
DISCIPLINA	Exame de Ordem 2006						Exame de Ordem 2009						Exame de Ordem 2012					
	2006.1		2006.2		2006.3		2009.1		2009.2		2009.3		2012.1		2012.2		2012.3	
	Nº Q	%	Nº Q	%	Nº Q	%	Nº Q	%	Nº Q	%	Nº Q	%	Nº Q	%	Nº Q	%	Nº Q	%
ÉTICA DA ADVOCACIA	10	10%	10	10%	10	10%	10	10%	10	10%	10	10%	12	15%	12	15%	12	15%
DIREITOS HUMANOS	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	3	4%	3	4%	2	3%
DIREITO CONSTITUCIONAL	10	10%	10	10%	10	10%	12	12%	10	10%	10	10%	7	9%	7	9%	7	9%
DIREITO INTERNACIONAL	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	2	2%	2	2%	2	3%	2	3%	3	4%
PROCESSO CIVIL	11	11%	10	10%	11	11%	10	10%	10	10%	10	10%	6	8%	6	8%	6	8%
DIREITO CIVIL	9	9%	8	8%	9	9%	10	10%	10	10%	10	10%	7	9%	7	9%	7	9%
DIREITO PENAL	9	9%	10	10%	14	14%	10	10%	7	7%	7	7%	6	8%	6	8%	5	6%
PROCESSO PENAL	10	10%	10	10%	5	5%	4	4%	7	7%	7	7%	5	6%	5	6%	6	8%
DIREITO DO CONSUMIDOR	0	0%	2	2%	0	0%	2	2%	2	2%	2	2%	2	3%	2	3%	2	3%
ECA	1	1%	0	0%	2	2%	2	2%	2	2%	2	2%	2	3%	2	3%	2	3%
DIREITO AMBIENTAL	0	0%	0	0%	0	0%	2	2%	2	2%	2	2%	2	3%	2	3%	2	3%
DIREITO DO TRABALHO	10	10%	10	10%	10	10%	7	7%	8	8%	7	7%	6	8%	6	8%	6	8%
PROCESSO DO TRABALHO	5	5%	5	5%	4	4%	8	8%	7	7%	8	8%	5	6%	5	6%	5	6%
DIREITO ADMINISTRATIVO	10	10%	10	10%	10	10%	10	10%	10	10%	10	10%	6	8%	6	8%	5	6%
DIREITO TRIBUTÁRIO	10	10%	10	10%	10	10%	10	10%	10	10%	10	10%	4	5%	4	5%	5	6%
DIREITO EMPRESARIAL	5	5%	5	5%	5	5%	3	3%	3	3%	3	3%	5	6%	5	6%	5	6%
TOTAL	100	100%	100	100%	100	100%	100	100%	100	100%	100	100%	80	100%	80	100%	80	100%

3 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não resta dúvida de que o sistema de ensino no Brasil é deficiente, e que o ensino jurídico não foge à regra, pois a abe tem se proliferado exponencialmente por todo o território nacional, mas sem as devidas credenciais de manutenção e forma, não basta apenas a Autorização e/ou Portaria do MEC para garantir a qualidade do ensino, antes de tudo é prec básico para que ao ingressar no curso o aluno tenha plena condição de fazer uma graduação de boa qualidade.

É imprescindível conhecer a História da Educação Brasileira, bem como do Ensino Jurídico no Brasil para compreender e talvez encontrar respostas para toda a problemática em que hoje se encontra o ensino superior e, especificamente, ensino superior sofreu uma mudança bastante significativa, o acesso que antes pertencia a um grupo de elite, hoje se f as classes sociais, porém, tal acessibilidade está relacionada diretamente a inserção deste profissional ao mercado d funciona com os cursos de Direito, já que a OAB nega o exercício da profissão, impedindo o “livre mercado”.

Infelizmente, é perceptível que os cursos jurídicos não estão alcançando o cumprimento de suas funções, pois h cursinhos preparatórios criados, com exclusividade, para preparar os graduados em Direito, ou melhor, os bacharéis, pa dos Advogados. E, na tentativa de aprovar o maior número de egressos, grande parte das IES privadas mudam suas m forma desordenada, buscando a todo custo se adaptarem aos conteúdos que mais são cobrados nos provas do Exam das IES pesquisadas, o curso de Direito tem 5 (cinco) diferentes matrizes curriculares concomitantes, causando, sérios e docentes, uma vez que ao ficar reprovado em determinada disciplina, o aluno corre o risco de não mais poder cursá-le ser ofertada.

Neste diapasão, há uma situação delicada, posto que não há um controle sério quanto à abertura de cursos jurídicos, n qualidade do ensino ministrado e muito menos sobre o perfil que se espera do futuro bacharel em Direito no país.

5 – REFERÊNCIAS

Disponível em: http://www.cespe.unb.br/concursos/_antigos/default.asp.%20Acessado%20em%2017/07/2014. HYPERLINK
 "http://www.cespe.unb.br/concursos/_antigos/default.asp.%20Acessado%20em%2017/07/2014" Acessado em 17/07/2014.
 Disponível: http://www.cespe.unb.br/concursos/_antigos/2006/OABNORDESTE2006/. Acessado em 17/07/2014;
 Disponível em: http://www.cespe.unb.br/concursos/_antigos/default.asp. Acessado em 17/07/2014;
 Disponível em: <http://www.oab.org.br/servicos/exame>
 "http://www.oab.org.br/servicos/examedeordem.%20Acessado%20em%2017/07/2014". Acessado em 17/07/2014;
 Disponível em: <http://www.oab.org.br/arquivos/edital-do-ix-exame-de-ordem-unif>
 "http://www.oab.org.br/arquivos/edital-do-ix-exame-de-ordem-unificado.pdf.%20Acessado%20em%2017/07/2014". Acessado em 17/07/2014;
 Disponível em: [http://www.oab.org.br/arquivos/Edital-2012.2-\(VIII-EOU\).pdf](http://www.oab.org.br/arquivos/Edital-2012.2-(VIII-EOU).pdf). Acessado em 17/07/2014;
 Disponível em: <http://www.oab.org.br/arquivos/20121-vii-eou.pdf>. Acessado em 17/07/2014;
 Disponível em: [WWW.oab.org.br/exame-da-ordem](http://www.oab.org.br/exame-da-ordem). Acessado em 17/07/2014;
 Disponível em: http://www.cespe.unb.br/Concursos/OAB2009_1/arquivos/OAB20091_CADERNO_DELTA.pdf. Acessado em 17/07/2014;
 Disponível em: <http://www.oab.org.br/servicos/examedeordem>. Acessado em: 08/09/2014

Disponível em: <http://oab.fgv.br/>. Acessado em: 08/09/2014

Disponível

<http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/2013-11-15/a-um-mes-do-exame-da-oab-veja-as-materias-mais-cobradas-e-sait>

Acessado em: 08/09/2014

Disponível em: <http://nelcismgomes.jusbrasil.com.br/artigos/115326572/as-15-coisas-mais-cobradas-na-prova-da-oab>. Ace:

Disponível em: <http://desafiooab.blogspot.com.br/2010/07/estatistica-das-materias-abordadas-no.html>. Acessado em: 08/09/2014

Disponível em: <http://www.passenaob.com.br/?p=1440>. Acessado em: 08/09/2014

Disponível em: <http://www.oab.org.br/noticia/6988/oab-do-para-registra-80-37-de-reprovacao-no-exame-de-ordem>. Acess

Autora: Fabiana de Moura Cabral Malta é advogada e professora universitária, especialista em Direito Público e mestrar Universidade Federal de Alagoas; Maceió, Alagoas. *E-mail:* fabianamalta@hotmail.com

Coautor: Saulo Vasco de Farias Silva é Advogado, graduado em Direito pela Universidade Tiradentes; Macaé, Rio de Janeiro. *E-mail:* saulofarias@hotmail.com

Recebido em: 13/06/2015

Aprovado em: 15/06/2015

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Método de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: